

Adalberto Franklin

Manoel Conceição sobrevivente do Brasil

**Este texto é um excerto do livro inédito
MANOEL CONCEIÇÃO:
sobrevivente do Brasil - cap. 15**



Imperatriz, MA
2016

Copyright © 2016, by
Adalberto Franklin
Todos os direitos reservados.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F831m

Franklin, Adalberto.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional

O golpe militar

O GOLPE MILITAR de 1º de abril de 1964 no Brasil não foi um evento nascido de um momento para outro, nem ato em defesa de interesses nacionais. Desde o desfecho da revolução cubana de 1959, em que saiu vitorioso o Movimento 26 de Julho, comandado por Fidel Castro e Che Guevara, o governo norte-americano impôs uma forte vigilância e intensificou sua tentativa de controle sobre os países das américas e do Caribe.

A vitória castrista em Cuba significou um revés aos Estados Unidos no confronto que fazia contra o bloco socialista liderado pela União Soviética, em que estava em disputa a hegemonia do Ocidente. Esse acontecimento inaugurou um dos mais tensos períodos da chamada *Guerra Fria* — uma disputa pelo controle de áreas estratégicas ao redor do mundo, iniciada logo após o final da segunda Guerra Mundial entre socialistas e capitalistas.

Cuba é uma ilha do Caribe bem próxima dos Estados Unidos — a distância entre a ilha e o território norte-americano é de apenas 150 quilômetros, e entre Havana, a capital cubana, e Miami, uma das principais cidades norte-americanas, é de pouco mais de 350 quilômetros.

Em 1º de janeiro de 1959, data da vitória dos guerrilheiros, Cuba era presidida pela segunda vez por Fulgêncio Batista, um incondicional aliado dos Estados Unidos que favoreceu a transformação de seu país num local de diversão e jogos de azar dos norte-americanos — balneários, cassinos, casas de prostituição, circulação de drogas etc. A deposição de Batista e o posterior

alinhamento do governo castrista com a União Soviética foi um duro golpe à política norte-americana de controle de seu continente. Fez-se um perigoso enclave no coração da América, pois Cuba, além de ser a maior ilha caribenha, é antiga possessão dos EUA e ali está instalada, desde 1903, na costa sudeste, a base naval norte-americana de Guantánamo.

Inconformado com essa perda, o governo estadunidense recrutou milhares de exilados cubanos residentes nos EUA para depor e assassinar Fidel Castro. Esse contingente foi treinado pelas Forças Armadas norte-americanas e pela CIA com o plano invadir a ilha e matar Fidel.

Em abril de 1961, com apoio velado da CIA e das Forças Armadas norte-americanas, os contrarrevolucionários atacaram Cuba com aviões militares e, dias depois, um contingente de infantaria desembarcou na Baía dos Porcos, ao sul, com pretensões de iniciar a ocupação da ilha. Essa tentativa foi frustrada porque a inteligência cubana, auxiliada pela União Soviética e outros países do bloco socialista, já sabiam do plano e vinham treinando as Forças Armadas de Cuba para esse combate, cedendo-lhe também aviões e armas. Depois de três dias de batalha, os invasores foram derrotados. O presidente John Kennedy, dos EUA, que havia sido empossado três meses antes e deu pleno apoio à ação militar, sofreu sério desgaste diante da opinião pública de seu país.

Após o fim desse conflito, Cuba aceitou que a União Soviética instalasse na ilha uma base militar, com mísseis atômicos. A URSS tinha esse interesse, também, como represália ao fato de os EUA terem instalado mísseis atômicos na Turquia, Grã Bretanha e Itália, em 1961. Em outubro de 1962, os EUA tiveram conhecimento da instalação dos mísseis soviéticos em Cuba, iniciando-se uma crise até então sem precedentes entre os dois países. O presidente John Kennedy afirmava não aceitar uma base da URSS tão próxima de seu território e ameaçava o início de uma guerra nu-

clear. O primeiro-ministro soviético, Nikita Krushev, afirmava que a base tinha o objetivo de impedir uma nova tentativa norte-americana de invadir Cuba, um aliado seu. Era uma tensão jamais vista que ameaçava todo o mundo, num possível conflito sem precedentes na história. Foram treze dias de ameaças de uma guerra nuclear que terminou com a retirada dos mísseis norte-americanos da Turquia e a desistência da URSS de montar uma base militar em Cuba.

* * *

A vitória da revolução cubana liderada por Fidel Castro e Che Guevara era um exemplo a ser inibido e desencorajado nas américas. E foi com esse objetivo que o presidente Kennedy criou, em março de 1961, o programa *Alliance for Progress* (Aliança para o Progresso), de cooperação e cooptação dos governos dos países latino-americanos. Esse programa deveria investir oitenta bilhões de dólares em ajuda a esses países, com vinte bilhões oriundos do governo dos EUA e o restante de organismos e países capitalistas europeus, no prazo de dez anos.

Depois da Segunda Guerra, a política externa dos EUA estava voltada para a reconstrução dos países europeus devastados pelo conflito mundial. As nações latino-americanas, pobres e subdesenvolvidas, sentiam-se abandonadas pela grande potência do hemisfério. Em 1958, isso ficou patente numa viagem do vice-presidente norte-americano, Richard Nixon, à América do Sul, quando foi vaiado, insultado e quase agredido por manifestantes em diversos países.

Foi o então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, que, em carta ao presidente estadunidense Dwight Eisenhower, sugeriu uma nova postura dos EUA, que consistia no investimento em programas de desenvolvimento dos países panamericanos, em vista da redução do subdesenvolvimento no continente. Essa propos-

ta deu origem à Operação Pan-Americana (OPAN) e serviu de base para a posterior criação da Aliança para o Progresso.

Antes mesmo da implementação da Aliança para o Progresso, o governo de Juscelino Kubitschek — encerrado em janeiro de 1961 — recebeu amplo apoio dos EUA. Contraindo diversos empréstimos e fez um governo desenvolvimentista, com a implantação de uma base industrial e o favorecimento da instalação de muitas empresas norte-americanas no Brasil.

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros, eleito no ano anterior, tomou posse na Presidência da República, em substituição a Juscelino Kubitschek. De comportamento diferenciado e inusitado, Jânio tinha tido uma meteórica trajetória política — em apenas 15 anos, exerceu os cargos eletivos de vereador, deputado, prefeito e governador de São Paulo, seguindo-se a eleição a presidente, com a maior votação de um candidato até então. Era populista, excêntrico, moralista e conservador. Mas também pobre; não apadrinhado de nenhum grupo econômico ou político poderoso. Não tinha compromissos com os norte-americanos nem com os soviéticos; não se enquadrava ideologicamente. Era considerado anticomunista, mas seu programa de governo, surpreendentemente, era, de certa forma, revolucionário.

Jânio não submeteu seu governo às vontades norte-americanas. Adotou uma política externa de independência e restabeleceu relações diplomáticas e comerciais do Brasil com os países do bloco socialista, como a URSS e a China, e também com países africanos. Condenou a interferência e o boicote dos Estados Unidos a Cuba; conheceu Che Guevara na conferência Panamericana no Uruguai, onde foi lançada a Aliança para o Progresso, e o convidou a visitar o Brasil, oportunidade em que o revolucionário cubano foi agraciado com a Grã Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda concedida pelo governo brasileiro.

Guevara atendera a um pedido de Jânio Quadros, feito em

nome do Núncio Apostólico do Vaticano no Brasil, de libertar mais de vinte sacerdotes católicos presos e condenados em Cuba ao fuzilamento.

Além disso, o presidente Jânio contrariou substancialmente os estadunidenses por ter encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei que limitava a remessa de dinheiro de empresas estrangeiras para o exterior e, ainda, um projeto de lei que era, a rigor, a primeira proposta de reforma agrária do país.

Em apenas sete meses de governo, Jânio Quadros já tinha contra si as empresas estrangeiras — em sua maioria norte-americanas — e seus defensores no país; o governo dos EUA; os grandes jornais brasileiros, de quem tinha cortado os subsídios na compra de papel, que era de 75%; grande parcela dos militares; a maioria do Congresso Nacional; as elites ruralistas e a ala conservadora da Igreja. Passou a ser acusado, ainda, de querer levar o Brasil ao comunismo.

Diante da pressão que se via envolvido, sobretudo pelo Congresso Nacional, pelos militares, pela Igreja e pela grande imprensa — diretamente, por Carlos Lacerda (governador da Guanabara), Roberto Marinho (Organizações Globo) e Júlio de Mesquita Filho (O Estado de S. Paulo); e ainda por Dom Jaime de Barros Câmara (arcebispo do Rio de Janeiro) —, inesperadamente, no dia 25 de agosto de 1961, dia do soldado, cinco dias antes de completar sete meses de mandato, Jânio Quadros encaminhou ao Congresso Nacional um lacônico bilhete renunciando ao cargo presidencial.

Uma crise sem precedentes se instalou no país.

O vice-presidente da República, João Goulart, o “Jango”, era considerado comunista, fama que ganhou ainda no começo dos anos 1950, quando foi ministro do Trabalho no governo do presidente Getúlio Vargas, ocasião em que, em 1954, defendeu o aumento do salário-mínimo em 100%, enfrentando por isso o pro-

testo dos empresários. Além disso, fazia ampla campanha e defesa de uma reforma agrária.

Afilhado político do também gaúcho Getúlio Vargas, Jango era um homem muito popular em todo o país. Filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado por Vargas, do qual foi presidente em sua cidade natal, São Borja, estadual e nacional, tinha sido vice-presidente da República na gestão de Juscelino Kubitschek, obtendo mais votos que o presidente eleito — nessa época, no Brasil, escolhia-se o vice-presidente por voto direto, paralelamente à escolha do presidente. Jânio e Jango mantinham bom relacionamento entre si, apesar de terem sido eleitos por partidos que se opunham.

No momento da renúncia de Jânio, João Goulart encontrava-se em missão diplomática e comercial à China, o que potencializava os argumentos dos adversários de que ele desejava transformar o Brasil num país comunista. Havia, no meio político e nas elites econômica e rural, uma manobra firmada com o objetivo de impedir sua posse. Esse ardil contava com o apoio e patrocínio dos Estados Unidos, através da CIA e de sua embaixada no Brasil, que realizava ações junto à imprensa, políticos e militares visando a interferência nos rumos da política brasileira, desde os primeiros meses da administração de Jânio Quadros.

Obedecendo a esse plano, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, foi empossado presidente da República, logo após a renúncia de Jânio, em trama que contou com a ajuda dos ministros militares Sílvio Heck (Marinha), Gabriel Grun Moss (Aeronáutica) e Odílio Denys (Exército), como tentativa de impedir a posse de Goulart, ainda no exterior.

Com essa tentativa de golpe, já que a Constituição Brasileira determinava a imediata posse do vice em caso de vacância, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, deu início à *campanha da legalidade*, na qual exigia o cumprimento da Constitui-

ção e a imediata posse de Jango. A esse movimento juntou-se o comandante do III Exército, sediado nesse estado, general Machado Lopes. O movimento pronunciava-se através da *cadeia da legalidade*, formada por uma rede de mais de cem emissoras de rádio, além de amplo apoio do povo gaúcho. Essa campanha conquistou apoio popular em todo o país e de muitos políticos, o que dividiu o Congresso Nacional quanto ao impedimento do vice-presidente.

Os generais, porém, não recuaram. Não estariam dispostos a entregar a Presidência a alguém que poderia levar o país ao comunismo, segundo argumentavam. No Congresso surgiu, então, uma proposta conciliadora: garantiria-se a posse de Goulart retirando-lhe os poderes políticos inerentes ao cargo. Alteraria-se o regime de governo, de presidencialista para parlamentarista, e escolher-se-ia um primeiro-ministro para administrar o país. Com isso, os militares cederam, ainda que relutantes.

No dia 2 de setembro, oito dias após a renúncia de Jânio, o Congresso aprovou as alterações constitucionais. No dia 8, Jango assumiu a Presidência da República, enquanto o político mineiro Tancredo Neves, que havia sido ministro no governo de Vargas e tinha a confiança dos militares, tomou posse como primeiro-ministro.

No final de 1962, entretanto, Jango conseguiu realizar um plebiscito sobre a manutenção ou não do sistema de governo, quando o presidencialismo saiu vitorioso com larga margem de votos, retornando o Brasil a esse sistema de governo em janeiro de 1963.

Ao tomar posse de todos os poderes presidenciais, João Goulart lançou seu Plano Trienal, para 1963-1965, programa que contava com reformas institucionais ousadas, denominadas de *reformas de base*. Tratavam-se de profundas mudanças nos setores bancários e fiscal, na política urbana, no sistema eleitoral, no sistema educacional e na implementação da reforma agrária. Previa, ainda, o direito de voto aos militares e analfabetos, o controle dos

investimentos estrangeiros no país, a limitação das remessas de lucros para o exterior e a nacionalização de alguns setores industriais, entre os quais os de energia elétrica, refino de petróleo e químico-farmacêutico.

Estando a maioria do Congresso Nacional comprometida com o plano de inviabilização do governo de Jango, e mesmo com a possibilidade de um golpe militar, o Congresso não aprovou a proposta presidencial e inviabilizou a implementação do Plano Trienal. A alta hierarquia das Forças Armadas insurgia-se contra o governo. A grande imprensa fazia campanha intensiva e ostensiva contra a política de Goulart. A parcela tradicionalista da Igreja satanizava o presidente e o comunismo, com o que impingia a imagem de Jango.

Por sua vez, o presidente buscava apoio nos meios populares, estudantis, do clero progressista e de intelectuais de esquerda. Tomava parte em comícios e outros atos públicos de defesa do governo; estimulava a educação popular com apoio do setor progressista da Igreja; fomentava a criação de sindicatos rurais; buscava estabelecer condições e apoio para a implementação da reforma agrária com apoio dos trabalhadores.

Esse cenário de animosidade contra o governo brasileiro começou a ser construído em 1961, com a posse de Jango, por sugestão do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, um diplomata que ajudou a implantar a Aliança para o Progresso. Em audiência em Washington com o então presidente dos EUA, John Kennedy, no Salão Oval da Casa Branca, dia 30 de julho de 1962, o embaixador do norte-americano apresentou relatório em que alardeava um iminente perigo de o Brasil transformar-se numa nova Cuba. Pedia a Kennedy um investimento de oito milhões de dólares para derrubar Goulart e interferir no resultado das eleições brasileiras que seriam realizadas em 1965, colocando o Brasil nas mãos de um presidente confiável aos EUA.

Gordon argumentava que o Brasil, aderindo ao bloco socialista, como indicavam as ações do seu governo, poderia levar consigo toda a América do Sul. Seria uma nova China.

Com essa argumentação, o embaixador convenceu o presidente estadunidense a financiar um golpe de Estado no Brasil. Desde então, sob o comando de Lincoln Gordon, o governo dos EUA começou a preparar terreno para a deposição do presidente brasileiro, para o que contava com fortes aliados no Brasil — a alta cúpula das Forças Armadas, as empresas multinacionais, que controlavam setores estratégicos da indústria, políticos conservadores, a ala tradicionalista da Igreja e as grandes empresas de comunicação, sobretudo os jornais.

Gordon, que tomou posse como embaixador do Brasil em setembro de 1961, mesmo mês da posse de Jango, era do Partido Democrata e tinha ligações com a CIA. Sua missão era acompanhar todos os passos de João Goulart e enviar diariamente informações e análises à Casa Branca, além de criar uma rede de apoio ao golpe. Diversos agentes da CIA e das Forças Armadas norte-americanas foram recrutados para a Embaixada dos EUA no Brasil, entre os quais, o coronel Vernon Walters, amigo do marechal Castelo Branco, que com ele serviu na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Walters teria, inclusive, treinado dez mil soldados em Minas Gerais em preparação para um possível confronto armado.

Lincoln Gordon foi a peça-chave da conspiração e o arquiteto do golpe militar, sob a inspiração da mentalidade de que os Estados Unidos eram os donos dos países da América Latina e estes deveriam manter-se obedientes à política e aos interesses econômicos norte-americanos.

Através de emissoras de rádio e televisão aliadas e de uma rede de jornais comprometidos com a deposição de Jango, o embaixador norte-americano alastrou no país a demonização do co-

munismo, com o que ligou a imagem de Jango, e disseminou a ideia de que o governo brasileiro estava levando o país ao comunismo, à maneira de Cuba. Essa tática aumentou a tensão social nas cidades e no meio rural e criou confusão e divisão, até mesmo, entre grupos que defenderam a posse de Goulart, em 1961.

Essa tese do embaixador não tinha sustentação lógica. Ela se dava mais em face de o governo brasileiro estar contrariando os interesses econômicos e comerciais norte-americanos do que por questões ideológicas ou de estratégia político-militar, pois, por força de uma convenção assinada 16 anos antes, durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, o Brasil já estava pactuado com os Estados Unidos em permanecer ao lado desta potência americana nesse conflito. Em 2 de setembro de 1947, logo após o término da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, durante a Conferência Interamericana de Manutenção da Paz e Segurança, realizada em Petrópolis, o Brasil aderiu ao Tratado de Assistência Recíproca, documento em que assumia a condição de aliado incondicional dos EUA na Guerra Fria e permitia, até, uma intervenção norte-americana no país em casos em que “a paz e a segurança estivessem ameaçadas”, ou, em outros termos, em que houvesse perigo de ameaça comunista. As consequências desse tratado foram tão avassaladoras que, nesse mesmo ano, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a União Soviética e no ano seguinte foram cassados os mandatos de senadores, deputados e vereadores eleitos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e este foi colocado na clandestinidade. Era isso, na prática, a incorporação da ideologia de democracia e liberdade ao modo do pensamento norte-americano.

Em 1949, para propagar o pensamento norte-americano entre os militares brasileiros, foi criada, no Rio de Janeiro, a Escola Superior de Guerra, tendo como modelo o *War College*, escola que formava militares e civis em estratégias de guerra, com ideo-

logia anticomunista. A tese de Gordon não se sustentava, também, porque João Goulart não era comunista, inclusive tinha certa dificuldade de diálogo com os partidos comunistas, que divergiam de diversos pontos de seu plano de governo, embora vissem nele muitos avanços de seu interesse.

A atuação do Ministério das Relações Exteriores de Jango, tendo à frente o petebista San Thiago Dantas, foi também considerada uma afronta aos interesses norte-americanos. Mantendo uma linha de independência inaugurada ainda no governo de Juscelino Kubitschek e ampliada na curta gestão de Jânio Quadros, San Thiago Dantas promoveu o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a União Soviética e outros países do leste europeu, inimigos dos EUA, e mais alguns da África.

No campo econômico, houve graves desentendimentos entre os governos de João Goulart e o de John Kennedy. Um dos mais graves foi a limitação da remessa de lucros das empresas estrangeiras com filiais no Brasil. Na época, 31 das 55 maiores empresas instaladas no país eram norte-americanas. Como não havia qualquer controle sobre a remessa de lucros, isso ocorria sem limites, sangrando a economia brasileira. Mesmo tendo o Congresso Nacional uma maioria opositora ao seu governo, o presidente João Goulart conseguiu aprovar uma lei que limitava a remessa de lucros dessas empresas, pois essa medida foi avaliada de caráter nacionalista, de alto interesse da economia do país.

Duas outras medidas que contrariaram e abalaram sensivelmente a relação entre Brasil e EUA foram o cancelamento da licença de exploração de minério, em Minas Gerais, pela empresa norte-americana Hanna Corporation, e a desapropriação da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone Telegraph, a poderosa ITT, pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, que a transformou na Com-

panhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT). Jango chegou a sofrer pressão direta do governo norte-americano em face desse ato de Brizola, e a ser cobrado pessoalmente por John Kennedy em encontro entre os dois, em abril de 1962. O presidente dos EUA pretendia uma negociação com o governo brasileiro em que houvesse uma compensação pela desapropriação da ITT, no que Jango chegou a concordar, mas isso não aconteceu devido a pressão contrária de Brizola.

Contrariando, dessa forma, os interesses estadunidenses e seus defensores no Brasil, os atos do presidente João Goulart alimentavam, a cada dia, o discurso golpista de seus adversários. Passou a receber uma oposição implacável da grande imprensa, de políticos comprometidos com a elite econômica e ruralista e de setores das Forças Armadas. Isso sedimentava o interesse norte-americano de fazer uma intervenção militar no Brasil.

Nos primeiros meses de 1964, todas as articulações políticas e militares estavam prontas para a deposição de João Goulart. Os ânimos e embates contra o governo de Jango estavam acirrados em todo o país. Diariamente, a imprensa incitava a rebeldia e o confronto. Os altos escalões das Forças Armadas estavam de prontidão. Políticos comprometidos com o golpe aguardavam apenas o momento mais adequado para agirem. O governo dos EUA davam o suporte necessário.

Durante dois anos, o governo norte-americano financiou no Brasil o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), para disseminar propaganda contrária a Jango e ao seu governo e alardear o perigo comunista que diziam existir no país. Nesse plano atuavam agentes da CIA e grupos políticos e econômicos e militares brasileiros comprometidos com essa trama. Para custear suas ações, o Ibad teria recebido entre 12 e 20 milhões de dólares do governo norte-americano.

Apesar do assassinato de John Kennedy, em novembro de

1963, o novo presidente dos EUA, Lyndon Johnson, deu prosseguimento a esse plano, sob o comando do embaixador Lincoln Gordon.

A cada dia, as investidas contra o governo se ampliavam na imprensa, nos bastidores da política e nas ruas, através de manifestações organizadas por entidades conservadoras. Por sua vez, Jango não recuava de seu projeto de governo e buscava apoio popular para debelar a crise.

Num comício diante da estação de trem Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, com a presença de 300 mil pessoas, o presidente João Goulart anunciou um decreto de nacionalização das refinarias privadas de petróleo e a desapropriação das terras às margens de rodovias, ferrovias e áreas de açudes públicos, para fins de reforma agrária, o que suscitou uma onda de contestação da elite nacional e ampliou essa crise.

Um fato ocorrido no Rio de Janeiro no dia 25 de março acendeu o estopim do golpe: contrariando determinação do ministro da Marinha, Sílvio Mota, mais de dois mil marinheiros e fuzileiros navais comemoraram o segundo aniversário de fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais — entidade considerada ilegal —, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara. O evento tinha a presença de líderes sindicais e estudantis, em apoio ao reconhecimento da associação.

José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, líder da entidade militar, anunciou em seu pronunciamento o apoio da classe às “reformas de base” propostas pelo presidente João Goulart, exigiu o reconhecimento da associação e melhorias de condições e tratamento nos quartéis e nos navios. Por ordem do ministro Sílvio Mota, uma tropa de fuzileiros navais, sob o comando do contra-almirante Cândido Aragão, foi destacada para prender os rebeldes mas, em vez disso, aderiram à manifestação.

Por sua vez, o presidente João Goulart deu contraordem proi-

bindo a invasão da sede do Sindicato dos Metalúrgicos, fato que provocou o pedido de demissão do ministro da Marinha, imediatamente substituído pelo almirante Paulo Mário Rodrigues. No dia seguinte, 26 de março, o ministro do Trabalho, Amauri Silva, estabeleceu um acordo com os amotinados, que deixaram a sede do Sindicato dos Metalúrgicos e foram levados presos a um quartel. Poucas horas depois, porém, receberam anistia do presidente da República.

Essa atitude de Jango, considerada no alto comando militar como quebra de disciplina e de hierarquia, evidenciou, daí em diante, a existência de uma divisão política nas Forças Armadas e criou o clima favorável ao golpe de Estado que vinha sendo preparado.

No dia 28 de março, numa reunião ocorrida na cidade mineira de Juiz de Fora, teria sido estabelecida a data do golpe, pelos generais Olímpio Mourão Filho e Odílio Denys e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, banqueiro, dono do Banco Nacional e um dos principais financiadores da campanha para destituir Jango. A data pactuada teria sido o 8 de abril. Disso fora informado o embaixador Lincoln Gordon, que cuidaria do apoio logístico e financeiro junto ao governo norte-americano.

Precipitadamente, porém, por conta própria e sem justificativa, na madrugada do dia 31 de março o general Olímpio Mourão Filho marchou com seus comandados de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, com a pretensão de ocupar a então capital da Guanabara. Essa atitude pegou de surpresa o alto comando das Forças Armadas envolvido no golpe. Houve tentativas dos generais de parar a marcha do IV Exército, mas avaliou-se que isso chamaria a atenção para os acontecimentos e daria tempo de Jango organizar uma resistência.

Precipitado o plano, a embaixada norte-americana, logo informada do andamento da marcha militar para a deposição de

Jango, tratou de informar Washington e solicitar o suporte e apoio militar aos golpistas. Disso surgiu emergencialmente a resolução de montagem de uma operação secreta de deposição do presidente brasileiro denominada de “Brother Sam”, classificada como “Top Secret” nos registros militares daquele país.

A Operação Brother Sam consistia numa intervenção militar direta dos Estados Unidos no Brasil, em caso de resistência do governo de Jango ao golpe. O principal ato dessa operação foi a movimentação da Frota do Caribe, unidade da Marinha de Guerra, para a costa brasileira, ficando estacionada no litoral de São Paulo, de onde ficou de prontidão, com ordem de ocupar as cidades onde houvesse resistência.

Nesse momento, a maioria da grande imprensa brasileira já fazia campanha aberta para a deposição do presidente, especialmente *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa* e *Correio da Manhã*. Opondo-se a isso, encontravam-se o *Última Hora*, o *Diário Carioca* e o *O Semanário*.

A Frota do Caribe era composta de “um porta aviões da classe Forrestal; um navio de transporte de helicópteros com uma carga de 50 helicópteros portando tripulação e armamento completo; seis destróieres; cento e dez toneladas de armas leves e munições; vinte aviões C-135 para transporte de material bélico; quatro petroleiros armazenando 130 mil barris com gasolina comum e de aviação, óleo diesel e querosene”.

Todo esse aparato militar ficou de prontidão, a partir do dia 1º de abril, a menos de 50 milhas do litoral de Santos, à espera de ser acionado com um comando do embaixador Lincoln Gordon.

Na noite do dia 31 de março, do seu gabinete no prédio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, o general Humberto de Alencar Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, que aderira ao movimento golpista no início do mês, articulava a adesão dos generais comandantes.

Na manhã desse dia, ao tomar conhecimento da marcha antecipada do general Mourão Filho, Castello Branco telefonara ao governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, pedindo sua intervenção para fazer recuar a coluna mineira. Mesmo não sendo atendido, assumiu o controle da adesão e mobilização dos militares, confirmando o alinhamento de cada um dos quatro comandantes regionais do Exército — o I, no Rio de Janeiro; o II, em São Paulo; o III, em Porto Alegre; o IV, em Recife. Só em Porto Alegre houve uma tentativa, breve e frustrada, de posicionamento do Exército em apoio ao presidente Jango. O alto comando das Forças Armadas empenhou-se em assegurar sua unidade, inclusive com a prisão de alguns generais dissidentes.

Não houve, então, necessidade da imaginada intervenção militar norte-americana. Percebendo-se traído pelos ministros militares, que poucos antes lhe juravam fidelidade, e sem condições de fazer uma reação à altura do movimento golpista, acuado e em larga desvantagem militar, Jango capitulou. Avaliou que uma reação de resistência poderia dar início a uma guerra civil no país, com morte de milhares de brasileiros, e não desejava esse desfecho para a crise civil-militar implantada em seu governo.

Estando no Rio de Janeiro, no início da tarde do dia 1º de abril, embarcou para Brasília. Tomando conhecimento das manobras militares e das tramas políticas, percebeu que estava isolado e sem possibilidades de reação — os poucos e modestos atos de resistência foram sufocados prontamente ainda no nascedouro. Com isso, antes da meia-noite, o presidente deixou Brasília e foi para Porto Alegre, onde esperava dar corpo a um movimento de resistência, como fizera em 1961 sob a liderança de Leonel Brizola. Também em seu estado natal, não viu possibilidades de resistir. Ao meio-dia do 2 de abril foi para São Borja, de onde seguiu para o exílio, no Uruguai.

Nisso, o Congresso Nacional encontrava-se sitiado por tro-

pas militares. Em conturbada sessão, seu presidente, o senador Auro de Moura Andrade, declarou vacância do cargo de presidente da República, apesar de Jango ainda encontrar-se em território brasileiro. Daí até o dia 15 de abril, o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, ocupou a Presidência da República. Era o início da encenação que pretendia dar ares de legalidade ao golpe. Ainda no dia 2 de abril, os Estados Unidos reconheceram como legítimo o novo governo que se instalou no Brasil.

No dia 11, o Congresso Nacional elegeu o general Humberto de Alencar Castelo a presidente da República. Comandante do IV Exército, sediado em Recife, de 1961 a 1963 Castelo Branco havia sido nomeado, em 1963, chefe do Estado-Maior do Exército por João Goulart. Foi um dos principais articuladores do golpe. Tinha sido um dos comandantes da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial e aperfeiçoado estudos em escolas militares na França e nos Estados Unidos, onde estagiou no *Fort Leavenworth War School*.

O general tomou posse no dia 15 de abril.

No dia 9 de abril, ainda sob a gestão temporária de Mazzilli, o governo publicou o Ato Institucional Número Um (AI-1), que suspendeu por um período de dez anos os direitos políticos dos adversários do novo regime, especialmente os que exerciam cargos públicos — senadores, deputados, prefeitos, vereadores... Líderes da esquerda e de movimentos sociais, classistas e estudantis foram perseguidos, presos, exilados, torturados...

Esse Ato deu guarida a uma verdadeira devassa no país: de 9 de abril a 11 de junho de 1964 — período estabelecido para as cassações —, 378 pessoas foram atingidas, entre eles, três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), seis governadores de Estado; dois senadores, 63 deputados federais e mais de trezentos deputados estaduais e vereadores. Entre os militares, foram reformados compulsoriamente 77

oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica contrários ao golpe. Além disso, foram criados diversos organismos militares de investigação e repressão.

Os considerados “subversivos”, “agitadores” ou inimigos do regime militar não poderiam mais exercer sua cidadania, apesar de o novo governo se dizer promotor de uma “revolução democrática”. O direito ao contraditório passou a não ser mais assegurado.